


CONCLUSÃO

Em 21 de 12 de 2.006, promovo a conclusão dos presentes autos ao MM. Juiz de Direito, Dr. MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO. Eu, , Escrevente, subscrevi.

Processo nº 06/225286-4

Vistos.

Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes.

file, 12.12.06

Int.

São Paulo, 21 de dezembro de 2.006.

MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO
Juiz de Direito

DATA

Em 21 de 12 de 2006

recebi em nome do Sr. Juiz de Direito

Eu, , Escrevente, subscrevi.



**PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO**

COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR
21ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO
21º OFÍCIO CÍVEL DA CAPITAL

Praça João Mendes, S/N - 9º ANDAR, SALA 912/918 - CENTRO- São Paulo/SP - CEP: 01501-900 - Telefone: 2171-6165

DOC Nº.: 63

Cartório do 21º Ofício Cível
Fórum João Mendes Jr.
Escritório de Registro
Fórum João Mendes Jr.

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

Processo nº 583.00.2006.225286-4
Ordem nº 1733/2006

Prazo p/ cumprimento: 30 dias

DISTRIBUIÇÃO

ADVERTÊNCIA

DEPRECANTE: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo/SP
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de São José dos Pinhais/PR

DESPACHO

O(A) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO, MM(a)
Juiz(a) de Direito da 21ª. Vara Cível da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(a) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de Curitiba/PR, ao qual esta for distribuída, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos da Ação Outros Feitos Não Especificados, processo nº 583.00.2006.225286-4, requerida por NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR contra RONALDO CARDONETTI e outro(s).

FINALIDADE: CITAÇÃO de JAN STRUIVING, RNE W024569Q, CPF 201978619-20, à TRAVESSA ALCIDIO ROCCO, 5 AFONSO PENA CEP: 83045-160, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR, para os termos da presente ação cuja cópia acompanha a presente, e servirá de contra-fé, **ADVERTINDO-O** de que querendo, poderá contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada da carta precatória aos autos, sob pena de revelia e confissão e de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial e **INTIMANDO-O** da tutela inibitória concedida, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em relação ao autor NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00. **DESPACHO:** "Vistos. Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes. Int. São Paulo, 21 de dezembro de 2.006. MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO. MM. Juiz de Direito".

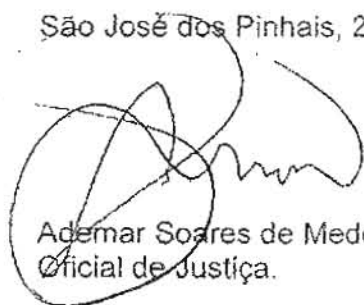
ADVOGADOS: KELLI PRISCILA ANGELINI OAB/SP 193817

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e extraído dos autos sob nº 04/07 de carta precatória oriunda do D. Juízo de Direito da 21ª Vara Cível central da Capital de São Paulo em que fazem partes NUCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR contra RONALDO CARDONETTI E OUTROS, diligenciei nesta Cidade à travessa Alcídio Rocco nº 05 Conjunto Júpiter e, sendo aí, às 18:16 horas, procedi a citação e intimação de **JAN STRUIVING**, por todo o conteúdo do mandado retro e cópias da petição inicial e tutela inibitória concedida, do qual após estar de tudo bem ciente, aceitou a contrafé que lhe ofereci, exarando sua nota de ciente.

O referido é verdade e dou fé.

São José dos Pinhais, 25 de janeiro de 2007



Ademar Soares de Medeiros
Oficial de Justiça.

684
51
2

DOC Nº: 0-1



**PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO**

COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR
21ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO
21º OFÍCIO CÍVEL DA CAPITAL

Praça João Mendes, S/N - 9º ANDAR, SALA 912/918 - CENTRO- São Paulo/SP - CEP: 01501-900

Processo nº 583.00.2006.225286-4
Ordem nº 1733/2006

Ação: Outros Feitos Não Especificados
Requerente: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR
Requerido: RONALDO CARDONETTI e outro(s)

**ADITAMENTO
CONCEDIDOS OS BENEFÍCIOS DO ART. 172 E §§, DO CPC**

O(A) Doutor(a) MARCIO TEIXEIRA LARANJO, Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 21ª. Vara Cível da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da Lei, ADITA o presente mandado extraído do processo acima indicado, a fim de que se proceda nova tentativa de CITAÇÃO de RONALDO CARDONETTI, à R SAO JOAO BATISTA, 119 - CAMBUCI - CEP: 01527-010, São Paulo - SP, para os atos da ação proposta conforme petição por cópia em anexo, que fica fazendo parte integrante deste, e INTIME-O da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, de acordo com o seguinte despacho: "Fls.290: Vistos. Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes. Int. São Paulo, 21 de dezembro de 2006. MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO, MM. Juiz de Direito". Caso necessário, proceda a citação por hora certa.

ADVERTÊNCIA: Nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil, não sendo CONTESTADA a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo(s) autor(es), ficando ainda, cientificado(s) de que as audiências desse Juízo realizam-se nesta vara, neste Fórum.


Cumpra-se, observadas as formalidades legais. São Paulo, Estado de São Paulo, aos 19 de janeiro de 2007. Eu, W (SIMONE DELL'ARINGA), Escrevente, digitei. Eu, W (ELISETE DE SOUZA STEINDORFER), Diretora, subscrevi.

Recolhida 01 diligência (R\$-14,79)

Cexido

[illegible]

Ask: A de jure


Wallace Houston Butler

23/2/07

pne 535
99
e 636
x

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPRO 6 - PASSAGEM DE AUTOS - S. DIR. PRIVADO

PROCESSO: nº 483.493.4/7

AGRAVO DE INSTRUMENTO

EM 14/05/2007

CONCLUSOS AO

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR

CARLOS STROPPA

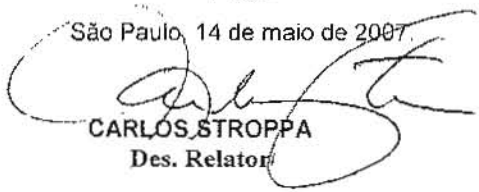
Vistos.

Fls. 267/278.

Determino que os agravados sejam intimados por oficial de justiça, diligência pelo agravante, que lhes dará conhecimento formal de que deverão cumprir o r. despacho de folhas, sob pena de responderem cada qual por multa diária majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ademais de responderem penalmente por desobediência de ordem judicial.

P. e l.

São Paulo, 14 de maio de 2007.



CARLOS STROPPA
Des. Relator



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SÃO PAULO**

PROTOCOLO

**PROCESSO Nº. 583.00.2006.25286-4
RITO ORDINÁRIO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO
PONTO BR-NIC .br**, já qualificado, por intermédio de seus advogados e bastantes
procuradores que a presente subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE RITO
ORDINÁRIO** movida em face de **JAN STRUIVING, RONALDO CARDONETTI e
JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, expor e requerer o quanto segue.

Após ser atribuído efeito suspensivo ativo ao Agravo de
Instrumento nº. 483.493-4/7 (doc. 01), os réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti
foram devidamente intimados da decisão que deferiu a antecipação de tutela (doc. 02).

Decorrido o prazo para cumprimento daquela ordem
judicial, o NIC.br relatou nestes autos que os réus permaneciam afrontando a
determinação prolatada, sem cumpri-la.

Assim, foi proferida nova decisão nos autos daquele
Agravo de Instrumento (doc. 03):

*“Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela
requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e
intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação
de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de
R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes.”*

Inadimplindo mais uma vez suas obrigações, os réus
ignoraram as determinações proferidas, sendo então, prolatada nova decisão (doc. 04)
pelo Doutor Relator da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São
Paulo.

*“Determino que os agravados sejam intimados por oficial de justiça, diligência
pelo agravante, que lhes dará conhecimento formal de que deverão cumprir o r.
despacho de folhas, sob pena de responderem cada qual por multa diária
majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ademais de responderem*

SP13.15.2-161020071359 21CV 000 0 1913001

638
x

penalmente por desobediência de ordem judicial..”

Acontece, porém, que durante o período de intimação dos réus nos autos daquele Agravo de Instrumento, que perdura por quase 4 (quatro) meses, os réus continuam a descumprir as ordens judiciais promulgadas e mais, **agora além de continuarem a divulgar o conteúdo das difamações em seus sites, enviam e-mails ao Senado Federal, Delegacias de Polícia, Ministérios, Tribunais de Contas, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Supremo Tribunal Federal, Associações, Organizações e outros, propagando as inverídicas difamações aqui relatadas e assacando novas delas (doc. 05).**

Não bastassem esses desacatos, agora há novos artifícios sendo empregados. Foram encaminhadas mensagens aos órgãos anteriormente citados, **utilizando-se como remetente o nome do Diretor Presidente do NIC.br**, ou seja, as mensagens com o mesmo conteúdo difamatório são enviadas do endereço eletrônico “demi_gestschko@hotmail.com.br”, **dando a entender que o próprio Presidente do NIC.br estaria aleivosamente propagando essas difamações**, tudo conforme se evidencia das mensagens em anexo (doc. 06). Através dos dados de acesso dessas mensagens será possível descobrir quem foi o seu propagador, solicitando dados à Brasil Telecom.

Isso configura, também, afronta ao Poder Judiciário, uma vez que os réus, utilizando-se de meios artificiosos, não cumprem as ordens judiciais endereçadas a eles, mantendo-se em flagrante postura de desafio à justiça, sem receio de punição.

Por outro lado, alterar a assinatura e o endereço eletrônico das mensagens, como assim têm feito os réus, não os exime de punição. Não se pode permitir que tais atos permaneçam impunes e incessantes.

Ademais, não se pode olvidar que a multa diária imposta já foi majorada para R\$ 10.000,00 e os réus já foram advertidos da possibilidade de responderem penalmente por crime de desobediência de ordem judicial, mesmo assim, mantêm-se em conduta delituosa em desafio às ordens judiciais que devem cumprir.

I – MEDIDAS DE APOIO PREVISTAS NO § 5º DO ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

As medidas de apoio para tornar efetiva a tutela antecipada estão previstas no § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil, o que permite ao juiz adotar providências para fazer cumprir as decisões judiciais proferidas.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por

tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

O rol do artigo supra citado é exemplificativo e não taxativo. Sendo assim, o Magistrado poderá aplicar a pena que julgar adequada para garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Essa previsão legal objetiva resguardar a eficácia das decisões judiciais proferidas, obrigando a parte a cumprir a ordem imposta.

Ao NIC.br não resta outra alternativa senão se valer mais uma vez deste MM Juiz para que se faça cessar os atos contínuos praticados pelos réus há mais de 6 (seis) meses. Diante do reiterado descumprimento das ordens judiciais proferidas nestes autos, seguem as medidas que, no entender do NIC.br, poderão ser eficazes no caso em tela.

a) Aplicação de medida coercitiva

Diante de tudo o que aqui fora exposto e dos documentos que corroboram esses fatos, ao NIC.br não resta outra alternativa senão requerer seja imposta aos réus medida coercitiva por crime de desobediência prevista no art. 330 do Código Penal.

Importante citar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Agravo de Instrumento nº 70003760667 que, sobre o mesmo assunto, assim decidiu:

“Ora, a conduta da parte é uma afronta, manifesto descaso à autoridade judicial. Dito isso, escorreita a decisão fustigada. Malgrado haja precedentes sustentando a inexistência de crime de desobediência quando a autoridade comina pena de multa para o caso de não cumprimento de ordem judicial, certo é que a reprimenda maior (prisão em flagrante) se impõe no caso em apreço. Houve autêntico desrespeito à decisão, em desprestígio do Judiciário como um todo. Não se nega que o magistrado deva se manter equidistante às pressões da sociedade e críticas da imprensa formadora de opinião. Todavia, a persistir a situação dos autos, estar-se-ia placitando com a ineficácia da prestação jurisdicional. (...)”

De mais a mais, inexistente incompatibilidade, tampouco vedação legal, à fixação de multa, num primeiro momento, como ocorreu na hipótese, e, diante do descumprimento da ordem pela parte, venha o magistrado impor prisão ao desobediente...”



tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

O rol do artigo supra citado é exemplificativo e não taxativo. Sendo assim, o Magistrado poderá aplicar a pena que julgar adequada para garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Essa previsão legal objetiva resguardar a eficácia das decisões judiciais proferidas, obrigando a parte a cumprir a ordem imposta.

Ao NIC.br não resta outra alternativa senão se valer mais uma vez deste MM Juiz para que se faça cessar os atos contínuos praticados pelos réus há mais de 6 (seis) meses. Diante do reiterado descumprimento das ordens judiciais proferidas nestes autos, seguem as medidas que, no entender do NIC.br, poderão ser eficazes no caso em tela.

a) Aplicação de medida coercitiva

Diante de tudo o que aqui fora exposto e dos documentos que corroboram esses fatos, ao NIC.br não resta outra alternativa senão requerer seja imposta aos réus medida coercitiva por crime de desobediência prevista no art. 330 do Código Penal.

Importante citar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Agravo de Instrumento nº 70003760667 que, sobre o mesmo assunto, assim decidiu:

“Ora, a conduta da parte é uma afronta, manifesto descaso à autoridade judicial. Dito isso, escorreita a decisão fustigada. Malgrado haja precedentes sustentando a inexistência de crime de desobediência quando a autoridade comina pena de multa para o caso de não cumprimento de ordem judicial, certo é que a reprimenda maior (prisão em flagrante) se impõe no caso em apreço. Houve autêntico desrespeito à decisão, em desprestígio do Judiciário como um todo. Não se nega que o magistrado deva se manter equidistante às pressões da sociedade e críticas da imprensa formadora de opinião. Todavia, a persistir a situação dos autos, estar-se-ia placitando com a ineficácia da prestação jusdicional. (...)

De mais a mais, inexistente incompatibilidade, tampouco vedação legal, à fixação de multa, num primeiro momento, como ocorreu na hipótese, e, diante do descumprimento da ordem pela parte, venha o magistrado impor prisão ao desobediente...”



b91
+

circunstâncias do caso concreto, aferir o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas (...). (REsp nº 855414 / RS, julgado em 26/09/2006, Primeira Turma, Ministro Luiz Fux)”

Portanto, levando-se em consideração que os réus descumprem desde março de 2007 a ordem judicial que deferiu a antecipação de tutela para determinar a cessação das difamações assacadas ao NIC.br, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um deles, não resta outra alternativa senão requerer o bloqueio dos valores constantes nas contas bancárias dos réus, para que esses valores fiquem bloqueados até a efetiva execução da multa por descumprimento de ordem judicial, que já ultrapassa os R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para cada um deles.

Necessário informar, por fim, que estes fatos e pedidos foram requeridos inicialmente ao Relator do Agravo de Instrumento nº. 483.493-4/7, que os indeferiu, sob o fundamento de que estes devem ser feitos a este Juízo de Primeira Instância (doc. 07).

II-DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e das provas que acompanham a presente peça, o NIC.br requer:

- a) seja expedido ofício à Brasil Telecom, com endereço na SCN Quadra 3, Edifício Telebrasil, Brasília, DF e Cep: 70.000-000, para que informe os dados de acesso do usuário do IP 200.103.241.200 em 18 de setembro de 2007, às 09:11:03hs (horário oficial de Brasília), a fim de que se comprove quem são os propagadores de mensagens eletrônicas em nome do Presidente do NIC.br;
- b) seja decretada prisão dos réus Ronaldo Cardonetti e Jan Struiving e expedido mandado de prisão deles para ser cumprido no local onde se encontrarem, pela prática de crime previsto no art. 330 do Código Penal;
- c) independente do deferimento do pedido do item anterior, sejam bloqueadas as contas bancárias dos réus, até que as determinações aqui proferidas sejam atendidas.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 09 de outubro de 2007.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES

OAB/SP Nº 24.545

KELLI PRISCILA ANGELINI

OAB/SP Nº 193.817

mae 528 692
+

COMPULSÃO
Em 23 de 11 de 07
faço estes autos em cartório. Juiz
de Direito Dr. MARCIO TEIXEIRA LARANJO.
Eu, _____ Escr., subscr.

Processo nº 06/225286-4

Vistos.

Petição de fls. 368/372: indefiro os itens
"b" e "c", por falta de amparo legal. Eventual
descumprimento da antecipação dos efeitos da tutela
tem como consequência a incidência do preceito
cominatório, não motivando, assim, a prisão civil dos
responsáveis ou o bloqueio de suas contas bancárias.

No que tange ao item "a", oficie-se,
como solicitado.

28 NOV 2007

Int.

São Paulo, 23 de novembro de 2.007.

MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO
Juiz de Direito

D A T A

Em 23 de 11 de 07
recebi estes autos em cartório.
Eu, _____ Escr., subscr.